Perspectivas do mercado energético latino-americano para 2026

Como lidar com o crescimento, a transição e os riscos em um cenário energético em constante mudança





Ideias–chave

Quase 70% da geração de eletricidade na América Latina provém de fontes renováveis; no entanto, a volatilidade climática e a dependência da energia hidrelétrica continuam representando um desafio para a confiabilidade do sistema.

- A geração renovável está se expandindo mais rapidamente do que a infraestrutura da rede, o que torna a congestão, a restrição de geração e os prazos de execução fatores centrais de risco.
- A estrutura do mercado, a geografia, a hidrologia e a concentração da demanda geram exposições ao risco substancialmente diferentes no Chile, no Brasil, na Colômbia e no Peru.
- Os mercados de seguros no Chile, no Brasil, na Colômbia e no Peru continuam altamente competitivos, com capacidade abundante que sustenta preços favoráveis, mesmo à medida que se intensifica o escrutínio de subscrição em relação à exposição climática, à dependência da rede elétrica e ao risco de execução.



Introdução

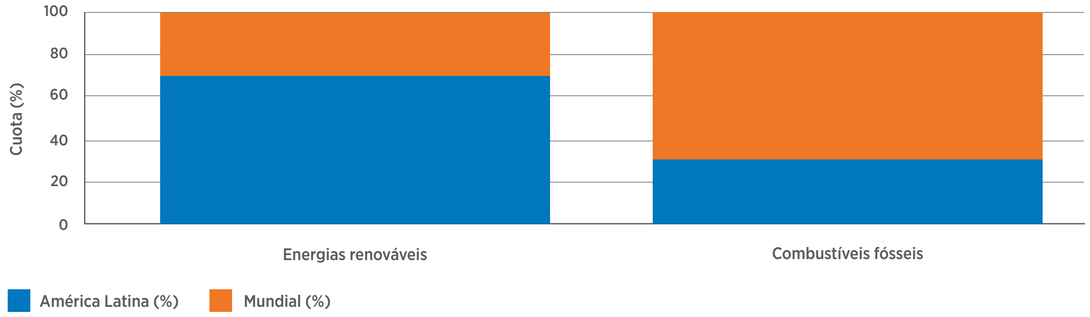
O mercado de energia da América Latina (LATAM) está passando por um ajuste estrutural. A região se beneficia de recursos naturais abundantes e possui um dos perfis de eletricidade mais limpos do mundo; no entanto, continua enfrentando limitações relacionadas à preparação da infraestrutura, à harmonização regulatória e à volatilidade climática.

O investimento permanece sólido em diversos segmentos do setor energético, mas as exposições estão evoluindo mais rapidamente do que os marcos de risco existentes. As limitações de transmissão, a volatilidade hidrológica e o progresso desigual da transição estão alterando a avaliação de riscos para as empresas de energia em toda a região.

Compreendendo o mercado energético latino-americano

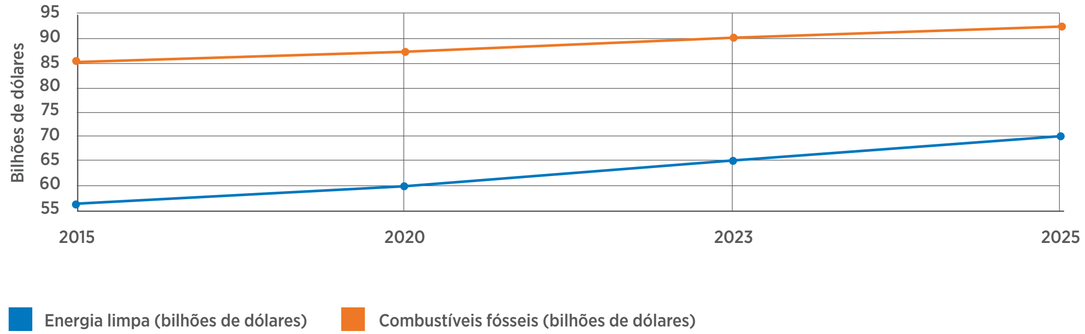
A América Latina gera cerca de 70%[1] de sua eletricidade a partir de fontes renováveis, sendo que a energia hidrelétrica representa aproximadamente 52,5%.[2] Isso coloca a região bem abaixo da média mundial em termos de intensidade de carbono do setor elétrico, o que proporciona uma base sólida para a descarbonização.

Essa vantagem não elimina o risco sistêmico. Os combustíveis fósseis continuam representando aproximadamente dois terços do consumo total de energia, o que reflete seu papel contínuo na geração térmica, no uso industrial e como apoio em caso de secas, quando as reservas hidrelétricas são insuficientes.



Tendências de investimento

O investimento em energia limpa na América Latina atingiu aproximadamente US$ 70 bilhões em 2025, quase 25% a mais do que há uma década.[1] No entanto, o investimento anual em combustíveis fósseis ultrapassou US$ 90 bilhões, o que ressalta a necessidade constante de equilibrar as metas de transição com a acessibilidade e a segurança energética.



Como funciona o sistema

O risco nesse sistema surge cada vez mais nos pontos de interação entre geração, transmissão, armazenamento e apoio térmico, mais do que nos ativos individuais. O crescimento da demanda é cada vez mais determinado pela mineração e pela infraestrutura digital, incluindo os centros de dados. Essas cargas dependem de um fornecimento ininterrupto de energia elétrica, o que aumenta a sensibilidade ao desempenho da rede. Como resultado, os perfis de risco operacional e de seguros são mais influenciados pela resiliência do sistema do que pelos ativos de geração isoladamente.



Mercados diferentes, dinâmicas diferentes

Embora os países de toda a região da América Latina enfrentem pressões de transição semelhantes, os perfis de risco variam amplamente de acordo com o projeto do sistema, a estrutura da rede, a concentração da demanda e a implementação das políticas.

Brasil

Com mais de 90% de sua geração proveniente de energias renováveis, o Brasil enfrenta riscos determinados mais pela geografia do que pela suficiência do fornecimento.[4] A nova geração renovável continua concentrada no Nordeste, enquanto a demanda se concentra no Sul e no Sudeste, o que gera um desequilíbrio persistente no sistema.

A restrição à geração tornou-se um problema significativo no Brasil, onde os ativos eólicos e solares sofrerão uma redução de aproximadamente 20% na geração até 2025, o que equivale a mais de US$ 1 bilhão em receitas perdidas. Embora o investimento em transmissão esteja se expandindo globalmente — incluindo aproximadamente 1,5 milhão de quilômetros de novas linhas construídas para lidar com desafios semelhantes —, o Brasil continua enfrentando restrições de congestionamento no curto prazo.[6] Ao mesmo tempo, entre 75% e 80% do investimento energético previsto continua sendo direcionado ao petróleo e ao gás, o que reforça a dependência do país dos hidrocarbonetos para o apoio térmico, o abastecimento industrial e as receitas de exportação.

Chile

No Chile opera um dos mercados elétricos mais avançados da região, onde entre 55% e 60% do consumo é suprido por energias renováveis, com o apoio de um despachante centralizado que aloca a geração com base no custo marginal.[2] O sistema dá prioridade à fonte disponível mais econômica em cada momento, mas expõe os compradores a fortes flutuações de preços quando são necessárias usinas térmicas de custo mais elevado para cobrir as lacunas decorrentes da intermitência.

A demanda por eletricidade é impulsionada pela mineração, em particular pela produção de cobre. Os preços elevados, que oscilam entre US$ 5 e US$ 5,95 por libra, têm impulsionado o crescimento da demanda e o desenvolvimento de novos projetos.[3] Nas grandes instalações solares do norte do Chile, as chuvas de verão associadas ao "inverno boliviano" provocaram fluxos de detritos em terrenos desérticos, o que desmentiu as suposições de baixo risco de inundações e tornou esse fator uma consideração mais importante para as seguradoras.

"O sistema elétrico do Chile é um modelo que muitos outros países latino-americanos adotaram. No entanto, a rápida implantação das energias renováveis continua a colocar à prova a capacidade da rede", destaca Juan Pablo Hiribarren, gerente de Energia e Mineração da Gallagher.

Colômbia

A energia hidrelétrica constitui a espinha dorsal do sistema energético do país, enquanto as usinas a carvão servem como apoio durante as secas. O funcionamento prolongado das usinas térmicas durante os ciclos de seca aumenta o risco de avarias nas máquinas e de interrupção das operações, especialmente em um parque de geração que está envelhecendo.

A expansão da rede de transmissão não acompanhou o ritmo do crescimento da demanda, o que intensificou o congestionamento e a volatilidade dos preços. Quando as reservas hidrelétricas da Colômbia se mostraram insuficientes durante o último ciclo de seca, o país foi obrigado a reduzir as exportações para o Equador, o que provocou apagões de até 36 horas. Por outro lado, o desenvolvimento da energia solar continua em ritmo moderado devido a restrições relacionadas a licenças e às comunidades.

Peru

A rede elétrica do Peru depende da geração hidrelétrica e térmica para manter sua estabilidade, mas o avanço na implantação de energias renováveis tem sido limitado pela preparação da rede e pela coordenação regulatória, mais do que pela disponibilidade de recursos. Os atrasos nas autorizações de transmissão transferiram o risco do desempenho da geração para os prazos de execução.

A demanda do setor de mineração tem promovido uma maior dependência do autoabastecimento por meio de pequenas usinas hidrelétricas, o que reduz a exposição à rede elétrica e, ao mesmo tempo, aumenta o risco operacional específico dos ativos. À medida que as reformas avançam gradualmente, a execução dos projetos continua sensível à sequência e à coordenação da infraestrutura.



Comparação regional

Características dos sistemas energéticos e orientação dos investimentos nos principais mercados latino-americanos:

País/Região	Sistema energético	Investimento
Chile	O armazenamento de energia em baterias está se tornando a norma, e o país aspira se tornar um dos principais exportadores de hidrogênio verde até 2040.[7]	O investimento em energia limpa está aumentando, com uma alocação crescente para sistemas de armazenamento de energia em baterias (BESS) e na infraestrutura para a exportação de hidrogênio verde.
Colômbia	As energias renováveis não convencionais passaram de aproximadamente 2% para 16% da matriz elétrica entre 2020 e 2024, enquanto a energia hidrelétrica continua sendo a fonte dominante.[8]	O investimento está sendo direcionado para a energia solar e eólica, enquanto a exploração de hidrocarbonetos diminui devido a mudanças nas políticas.
Costa Rica	A Costa Rica gerou 98,6% de sua eletricidade a partir de fontes renováveis durante o ano de 2025, utilizando principalmente energia hidrelétrica, geotérmica, eólica, de biomassa e solar.[9]	O investimento limitado em nova capacidade concentra-se na na resiliência da rede e na adaptação climática, em vez da expansão.
Brasil	A matriz elétrica ultrapassa 90% de energias renováveis, mas o sistema continua dependendo da energia hidrelétrica.	Aproximadamente 78% do investimento energético previsto é destinado ao petróleo e ao gás, bem como à transmissão e aos biocombustíveis.
Argentina	A matriz energética continua dependendo em grande parte dos combustíveis fósseis, apoiada pela produção não convencional.	O plano de Vaca Muerta tem como meta atingir aproximadamente 1 milhão de barris de petróleo bruto por dia até 2030, o que impulsiona a alocação de capital voltada para o setor de exploração e produção.[10]



Quando a geração excede a capacidade da rede

À medida que as energias renováveis se expandem por toda a América Latina, as limitações de rendimento provêm cada vez mais da transmissão do que da geração. A eletricidade é frequentemente produzida mais rapidamente do que pode ser transportada ou comercializada, o que torna a capacidade da rede um fator determinante para a eficiência operacional.

A capacidade de transmissão tornou-se a principal restrição do sistema em toda a região. “O desafio central hoje em dia não é a capacidade de geração em si, mas sim se a rede é capaz de absorver e distribuir a energia quando a demanda se concretiza”, destaca Juan Pablo Hiribarren.

O Brasil está lidando com a congestão por meio de investimentos em grande escala na rede, enquanto a pressão sobre o sistema da Colômbia se intensifica durante os períodos de volatilidade hidrológica. No Peru, a falta de coordenação regulatória entre as autorizações de geração e transmissão atrasa a integração à rede.

O risco dos projetos de energia renovável depende cada vez mais da execução e da sequência de etapas, mais do que da qualidade dos recursos. “Os atrasos na coordenação entre as autorizações de geração e transmissão costumam representar um risco maior do que o próprio recurso energético subjacente”, explica Paolo Ormeño, vice-presidente de Riscos Patrimoniais da Gallagher. O Peru respondeu com 14 projetos independentes de transmissão que somam mais de US$ 2 bilhões,[11] juntamente com 18 projetos adicionais no valor de US$ 930 milhões, o que reflete um firme compromisso do governo com o fortalecimento da rede.[12] No entanto, o momento da execução continua sendo fundamental para amenizar essas limitações.

No Chile, a unificação da rede e a coordenação centralizada posicionaram o país como um dos mercados elétricos mais avançados da região. Mesmo assim, a rápida implantação das energias renováveis e do armazenamento continua a colocar à prova a capacidade da rede. Para lidar com isso, a operadora da rede do Chile impulsionou mais de 40 projetos de transmissão nacionais e regionais, com um investimento de referência de aproximadamente US$ 650 milhões.[13]

Nos quatro mercados, os sistemas de armazenamento de energia em baterias (BESS) são cada vez mais implementados para gerenciar os desequilíbrios temporários entre oferta e demanda. Embora esses sistemas ofereçam uma mitigação parcial, eles não podem substituir completamente a sólida infraestrutura de transmissão necessária para apoiar as ambições da região em matéria de energia renovável.

Transição energética: uma oportunidade com limitações

A transição energética da América Latina avança, mas a execução fica aquém das ambições. Apesar da elevada penetração das energias renováveis, a região atrai apenas cerca de 5% do investimento privado mundial em energia limpa. As condições de financiamento, as altas taxas de juros e o serviço da dívida pública — que ultrapassa US$ 55 bilhões por ano no Brasil e no México — limitam a execução dos projetos.[1]

A pressão para a transição provém principalmente do capital privado, mais do que da regulamentação nacional. As seguradoras e os investidores vinculam cada vez mais a capacidade e os preços ao desempenho em questões ESG. Na Colômbia e no Peru, onde os marcos estatais de ESG ainda são limitados, o acesso à capacidade de resseguro internacional tornou-se um dos mecanismos que impulsionam as empresas rumo à descarbonização.

O risco de execução de projetos na Colômbia reflete cada vez mais as dinâmicas sociais do que a viabilidade técnica. “A aceitação da comunidade tornou-se tão fundamental para a viabilidade de um projeto quanto o projeto de engenharia, particularmente para empreendimentos de energia renovável em grande escala”, afirma Nelson Ramírez, vice-presidente de Colocação da Gallagher Colômbia.

Esse risco já não é teórico. Em um caso recente, um projeto de energia renovável em escala industrial importou equipamentos eólicos para a Colômbia e manteve os bens cobertos por um seguro de carga por quase dois anos, enquanto aguardava as licenças e as aprovações da comunidade. Como as aprovações não foram finalmente concedidas, o equipamento foi redirecionado para o Chile, onde o projeto seguiu adiante.

Esse episódio destaca como a participação comunitária e os processos de consulta prévia — consultas regulamentares obrigatórias com as comunidades locais e indígenas — podem alterar substancialmente os prazos dos projetos, a eficiência do capital e as decisões sobre a localização.

Essas dinâmicas refletem-se agora diretamente nas premissas de subscrição, o que influencia os preços, os termos e a disposição para assumir riscos em novos empreendimentos.

O carvão persiste porque a transição energética ainda não gerou um substituto viável para a energia de reserva despachável em grande escala. Juan Pablo Hiribarren resume a realidade prática: “O mundo compreende que essa transição não pode ocorrer da noite para o dia e, por vários anos ainda, continuaremos dependendo das usinas a carvão”. O que mudou foi a capacidade de seguro. Após um período de restrições impulsionadas por critérios ESG, as resseguradoras começaram a voltar a considerar o carvão, o que permite a colocação completa a taxas mais viáveis do ponto de vista comercial.

Os preços competitivos das energias renováveis no Chile e no Brasil começaram a atrair investimentos em centros de dados, o que demonstra os primeiros benefícios da transição.

O Índice de Transição Energética (ETI) do Fórum Econômico Mundial (WEF) coloca a América Latina entre as regiões com as pontuações mais baixas em nível global, com um progresso limitado em relação ao ano anterior, o que reflete lacunas persistentes em infraestrutura, financiamento e inovação, apesar da sólida base de energia renovável da região.[14]



De onde vêm as perdas

As perdas de energia em toda a América Latina são cada vez mais condicionadas pela interação entre a variabilidade climática, ativos obsoletos e limitações operacionais.

1 Riscos climáticos e naturais

A volatilidade hidrológica continua sendo um risco sistêmico em mercados que dependem da energia hidrelétrica, como a Colômbia e o Peru, onde as secas provocadas pelo El Niño obrigam a um funcionamento prolongado do parque térmico, o que aumenta o desgaste e o risco de falhas. Por outro lado, eventos de inundações extremas — como as enchentes de 2023 no estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, e o "inverno boliviano" no Chile — desmentiram as suposições sobre regiões de baixa exposição, o que tornou os estudos hidrológicos um requisito básico até mesmo para projetos de energia solar localizados em desertos. Além disso, os fenômenos de ventos fortes no Brasil estão se tornando uma categoria de risco distinta, com uma frequência cada vez maior de danos à infraestrutura de transmissão.

2 Riscos de construção e armazenamento

Uma carteira crescente de projetos de construção — impulsionada pela expansão da rede elétrica, pela retomada de projetos e pela implantação de sistemas de armazenamento em baterias — está deslocando a exposição a perdas para as fases de construção e entrada em operação. No caso dos BESS, o risco de incêndio é uma das principais preocupações; por isso, o espaçamento entre os módulos, as paredes de contenção de explosões e o projeto do local são otimizados para conter o fogo. Além disso, tem-se dado preferência à química de fosfato de ferro e lítio em detrimento da química convencional de íons de lítio devido ao seu menor risco de ignição, o que agora é um tema central nos debates sobre engenharia de riscos.

3 A restrição como prejuízo financeiro

No Brasil, a restrição deixou de ser um problema operacional ocasional para se tornar uma característica estrutural do sistema elétrico, o que afeta significativamente os geradores eólicos e solares. "A erosão da receita, que costuma oscilar entre 20% e 40% ao ano, tornou-se uma realidade arraigada para esses ativos", destaca Marcus Macedo, superintendente de Energia Especializada da Gallagher Brasil. Essas perdas não são cobertas pelas estruturas tradicionais de seguros, o que deixa os operadores expostos a um risco financeiro substancial.

Um mecanismo regulatório introduzido no final de 2025 redistribui parcialmente as perdas decorrentes de restrições entre os consumidores, mas ainda não foi encontrada uma solução estrutural abrangente. Estão sendo analisados conceitos iniciais de seguros paramétricos como possível resposta a essa exposição não coberta por seguros, embora ainda se encontrem em fase de desenvolvimento.



De onde vêm as perdas

4 Risco cibernético

Estão ocorrendo incidentes cibernéticos que afetam as operações do setor energético, mas eles continuam sem ser totalmente relatados e raramente são apresentadas reclamações a esse respeito. Apesar da maior flexibilidade das seguradoras e de uma maior flexibilização do mercado, a contratação de apólices cibernéticas continua baixa, o que gera uma lacuna cada vez maior entre a exposição operacional e a transferência de risco.

5 Risco comunitário e político

A oposição comunitária tornou-se um fator tangível de perdas, particularmente na Colômbia, onde atrasos nos projetos, problemas de acesso aos locais e danos aos ativos aumentaram o escrutínio por parte das seguradoras.

A cobertura contra greves, distúrbios e agitação civil é agora essencial, e o risco comunitário se reflete explicitamente nas taxas e nas estruturas das apólices. Embora seja mais grave na Colômbia, essa exposição é relevante para regiões socialmente sensíveis em toda a América Latina.

6 Avarias em máquinas e manutenção adiada

A avaria de maquinário é o fator que gera perdas de alta gravidade de forma mais constante, especialmente na geração térmica. Durante os ciclos de seca, a pressão do governo e dos operadores do sistema para manter a disponibilidade frequentemente leva ao adiamento da manutenção e ao prolongamento das horas de operação. Isso resulta em danos físicos moderados que desencadeiam perdas por Interrupção de Negócios (BI) desproporcionalmente elevadas, sobretudo em sistemas nos quais os geradores indisponíveis precisam adquirir energia de reposição a preços de mercado.

No Chile, as perdas relacionadas às turbinas eólicas são menos frequentes, mas seu reparo é complexo e oneroso devido à altura, à disponibilidade de guindastes e aos longos prazos de entrega

O mercado de seguros: alívio nas taxas, disciplina de risco

O mercado latino-americano de seguros de energia caracteriza-se por uma forte concorrência e capacidade abundante, com condições de preços que continuam favorecendo os compradores no Chile, no Brasil, na Colômbia e no Peru.

Condições de mercado mais flexíveis

- Nos quatro mercados analisados (Chile, Brasil, Colômbia e Peru), as condições de preços continuam altamente competitivas, com reduções nas taxas de aproximadamente 30% a 35% observadas nos últimos ciclos de renovação. No Peru, as taxas de seguros de bens atingiram níveis historicamente baixos, enquanto se espera que as condições competitivas na Colômbia persistam durante o restante de 2026.
- As condições competitivas são evidentes nas linhas de seguros de bens, construção e responsabilidade civil, embora o ritmo de redução das taxas seja menos acentuado em certos segmentos, como o de responsabilidade civil no Peru, em comparação com os seguros de bens.

Dinâmica da capacidade

- Os mercados locais do Brasil contam com uma capacidade substancial e competem diretamente com as colocações internacionais. Por outro lado, os mercados do Chile e da Colômbia tendem a direcionar os riscos de médio a grande porte para os mercados internacionais devido à presença limitada de resseguradoras locais.
- Os riscos relacionados ao carvão passaram por uma recuperação na capacidade de resseguro, o que permitiu sua colocação total a taxas mais viáveis do ponto de vista comercial, após um período de restrições impulsionadas por critérios ESG, embora as seguradoras continuem considerando o carvão como um setor sensível à transição.

Endurecimento das condições de subscrição

- Apesar da queda nos preços, as práticas de subscrição estão se tornando mais rigorosas. No Brasil, as obrigações das apólices estão se tornando cada vez mais específicas e onerosas, incluindo cláusulas sobre a frequência de revisões, limitações relativas à frente de construção e requisitos de análise de óleo para transformadores. Os clientes muitas vezes desconhecem essas obrigações, cujo descumprimento pode invalidar a cobertura.

O que isso significa para os compradores

- Prêmios mais baixos aumentam a importância do cumprimento dos termos técnicos da apólice.
- A estrutura do seguro deve estar estreitamente alinhada aos fatores que determinam o risco operacional.
- A estratégia de colocação exige equilibrar a eficiência de custos local com a experiência internacional



Lacunas e oportunidades no setor de seguros

Apesar dos preços favoráveis e da ampla disponibilidade de capacidade, a transferência de riscos no setor energético da América Latina continua desigual. Várias exposições que são estruturalmente significativas, particularmente aquelas impulsionadas pela volatilidade mais do que por danos físicos, estão subutilizadas ou insuficientemente seguradas.

A Interrupção de Negócios (BI) ilustra essa lacuna. No Brasil, a cobertura de BI costuma estar em vigor, mas os sinistros não são processados de maneira sistemática, o que reflete um desalinhamento entre as estruturas de seguros e as realidades operacionais ou contratuais. Na Colômbia, a exposição à BI é estruturalmente mais grave. O desenho do sistema prioriza a disponibilidade garantida, o que significa que as interrupções nas usinas térmicas provocam não apenas a perda de geração, mas também a perda de receita por capacidade fixa e onerosas obrigações de energia de reposição. Como resultado, as perdas decorrentes da BI são amplificadas durante situações de estresse do sistema, o que torna os sinistros mais onerosos, mais complexos e altamente sensíveis às condições de mercado.

O seguro paramétrico é amplamente conhecido, mas raramente adotado. Na Colômbia e no Peru, soluções paramétricas têm sido ativamente apresentadas para ativos que dependem da hidrologia; no entanto, sua adoção continua sendo mínima. O interesse geralmente surge antes que as condições de seca ou El Niño se tornem evidentes. Uma vez que o risco se torna iminente, os preços refletem a certeza ou a capacidade é retirada do mercado.

No Peru, a cobertura paramétrica poderia mitigar as elevadas franquias em caso de terremotos, mas sua adoção continua baixa. No Brasil, os primeiros trabalhos sobre soluções paramétricas para a restrição da geração apontam para uma possível resposta futura diante de uma exposição que, de outra forma, ficaria sem cobertura.

O risco cibernético continua sem ser totalmente relatado e, em grande parte, sem cobertura de seguro. Embora tenham ocorrido incidentes, a divulgação e a atividade de sinistros continuam limitadas, e a penetração das apólices é baixa, apesar de uma maior flexibilidade do mercado.

Existe outra lacuna estrutural na cobertura dos ativos de transmissão, onde os sublimites do mercado deixam uma parte significativa da exposição sem cobertura. Por outro lado, o seguro de responsabilidade civil para diretores e executivos apresenta uma adoção quase universal entre as empresas de energia de capital aberto e os emissores de títulos, o que reflete uma maior disciplina em matéria de governança e nos mercados de capitais.



Perspectivas

Olhando para o futuro, é provável que várias dinâmicas específicas da região determinem o risco e a demanda por seguros:

- Espera-se que **o Chile** experimente um aumento acentuado na atividade de construção no segundo semestre de 2026, à medida que os projetos atrasados alcancem o fechamento financeiro.
- **O Brasil** continuará ampliando sua capacidade de transmissão, embora seja provável que as restrições de oferta persistam no curto prazo. Espera-se que a implantação de sistemas de armazenamento de energia por bateria (BESS) se acelere.
- **A Colômbia e o Equador** enfrentam um novo estresse hídrico devido ao ciclo do El Niño previsto para 2026.
- O quadro regulatório em evolução **do Peru** poderá desbloquear investimentos em energias renováveis que estavam estagnados.
- Prevê-se que as condições **do mercado de seguros** continuem competitivas até o final de 2026, embora a diferenciação na subscrição continue se intensificando.

À medida que aumentam as pressões da transição, juntamente com a volatilidade operacional, as empresas do setor de energia com maior maturidade na gestão de riscos, caminhos de transição mais claros e maior disciplina no manejo de dados se destacarão cada vez mais, tanto nos mercados de seguros quanto nos de investimento.

Entre em contato com nossos especialistas regionais em energia para analisar como essas tendências, riscos e oportunidades emergentes se aplicam à sua organização. Seja para otimizar sua cobertura de seguro, enfrentar desafios de infraestrutura ou alinhar-se aos marcos ESG, nossos especialistas podem ajudá-lo a tomar medidas proativas para garantir seu futuro neste mercado dinâmico.

Referências

1. "World Energy Investment 2025," *IEA*, accessed 30 Apr 2026. PDF file.
2. "Energy Transition Readiness: Latin America and the Caribbean," *World Economic Forum*, Oct 2025. PDF file.
3. "Copper," *Trading Economics*, accessed 30 Apr 2026.
4. "Brazil Energy Policy: IEA's Impressive 2025 Review," *PVknowhow*, 16 Nov 2025.
5. Neris, Alessandra. "Brazil Curtails 20% of Solar and Wind Output in 2025, With Losses at $1.2 Billion," *PV Magazine*, 2 Feb 2026.
6. "Building the Future Transmission Grid," *IEA*, accessed 30 Apr 2026. PDF file.
7. "National Strategy for Green Hydrogen," *IEA*, 19 Feb 2025.
8. "Colombia Enters IEA as Clean Energy Share Rises to 16%," *Strategic Energy*, 19 Feb 2026.
9. "Costa Rica Closed 2025 with 98.6 Percent Renewable Electricity Generation," *The Tico Times*, 3 Mar 2026.
10. Smith, Matthew. "How Argentina Became Latin America's 4th Largest Crude Oil Producer," *OilPrice*, 29 Sep 2025.
11. "Peru Expects Investments of US$2 Billion in New Transmission Lines by 2029," *Industrial Info Resources*, 23 Jun 2025.
12. "Proinversion Presented 18 Electricity Transmission Projects Worth Over USD 930 Million," *Proinversion*, 5 Sep 2025.
13. "Chile"s Transmission Expansion Plan 2026: 43 Grid Projects Worth USD 647m," *Strategic Energy*, 7 Jan 2026.
14. "How Brazil and Chile are Leading Latin America's Energy Transition," *World Economic Forum*, 17 Jul 2024.

AJG.com **The Gallagher Way.** Desde 1927.

Gallagher

As informações aqui contidas são oferecidas como orientação para o setor de seguros e servem como um resumo dos riscos atuais do mercado e das coberturas disponíveis; seu objetivo é apenas servir de base para o debate. Esta publicação não tem como objetivo oferecer aconselhamento financeiro, tributário, jurídico ou específico para clientes em matéria de seguros ou gestão de riscos. As descrições gerais de seguros aqui incluídas não abrangem as definições, os termos e/ou as condições completas das apólices de seguro e não devem ser tomadas como base para interpretar a cobertura. As apólices de seguro propriamente ditas devem sempre ser consultadas para obter os detalhes e a análise completa da cobertura.

As publicações da Gallagher podem conter links para sites externos à Gallagher, criados e controlados por outras organizações. Não assumimos qualquer responsabilidade pelo conteúdo de qualquer site vinculado, nem por quaisquer links nele contidos. A inclusão de qualquer link não implica o endosso da Gallagher, uma vez que não assumimos qualquer responsabilidade pelas informações às quais se faz referência em materiais que são de propriedade e estão sob o controle de terceiros. A Gallagher recomenda que você analise os termos de uso e as políticas de privacidade independentes que regem o uso desses sites e recursos de terceiros.

Insurance brokerage and related services provided by Arthur J. Gallagher Risk Management Services, LLC License Nos. IL 100292093 / CA 0D69293

© 2026 Arthur J. Gallagher & Co., and affiliates & subsidiaries | GGBBR204365